



SOBRE A COMPLEXA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMINISTA: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HABERMASIANA

Andréa Maila Voss Kominék¹

O presente trabalho visa refletir sobre a complexa construção da identidade feminista num contexto atual de amplas e profundas transformações sociais, da chamada Sociedade de Risco.² Para isto, percorrerá os seguintes passos: 1- Apresentação da atual situação de fragmentação do movimento feminista; 2- Demonstração da conseqüente crise de identidade feminista; 3- Reflexão sobre a complexa construção da identidade feminista; 4- A necessidade de se pensar os limites desta identidade; 5- Finalmente, nas conclusões, apresentar uma possibilidade de contribuição da teoria habermasiana.

Atual situação de fragmentação do movimento feminista

O movimento feminista, desde suas origens, vem recebendo muitos detratores, assumindo muitas lutas, comprando algumas brigas e vencendo muitas batalhas. As vitórias alcançadas, no entanto, tornaram-se, muitas vezes, a própria fonte de seu enfraquecimento.

Paradoxalmente, depois de tantas lutas e manifestações, e de importantes conquistas, como o direito ao voto e à igualdade de direitos civis, muitas feministas se dispersaram, enfraquecendo o movimento. A “cômada” sensação de vitória acaba minando as forças de muitas integrantes do movimento, até então inconformadas. Ao mesmo tempo, as novas gerações, herdeiras de tantas conquistas, acomodam-se e desfrutam de um mundo de pretensa igualdade legal, porém ainda de grande desigualdade real e injustiça.

Somado a esta questão, não se pode esquecer também do contexto histórico no qual ela ocorre. O avanço da modernidade vem conduzindo a sociedade como um todo a um crescente e progressivo processo de individualização o que, por sua vez, é responsável, como enfatiza Gil Villa³ pelo aumento constante da complexidade, fragmentação, mudança e falhas na coordenação dos contextos sociais atuais. Somado a isto, o aumento da generalizada insatisfação espiritual e

¹ Doutora em Sociologia. Professora da UTFPR – Campo Mourão

² BECK, ULRICK. Teoría de la sociedad del riesgo, In: BERIAIN, J. (comp.), GIDDENS, A., BAUMAN, Z., LUHMANN, N., BECK, U., **Las consecuencias perversas de la modernidad**. Barcelona: Anthropos, 1996, p. 201-222

³ GIL VILLA, FERNANDO. **Individualismo y cultura moral**. Salamanca: Centro de investigaciones sociológicas, 2001, 132p.



psicológica dos indivíduos, conduziram a uma “cultura da individualização”⁴. Um processo que não seria diferente no interior do movimento feminista.

O movimento feminista tradicional depositava seus argumentos de luta sobre a idéia de que as mulheres deveriam ser tratadas e ter seus direitos civis assegurados como qualquer outro individuo da sociedade, em função dos direitos abstratos que pertencem a todo e qualquer ser humano. Ou seja, apóia-se na idéia de que a mulher deve ser entendida, tratada e respeitada como igual ao homem, por serem ambos parte de um mesmo coletivo: os seres humanos e cidadãos de uma mesma sociedade, que atribui direitos e deveres a estes sujeitos. O desenvolvimento do movimento, com suas conquistas, no entanto, passou a enfatizar a concreta particularidade da mulher frente ao homem, onde os direitos pelos quais se deve lutar são sumamente concretos, pertencentes às mulheres como coletividade, mas também a cada mulher em particular. Deixar o plano do “universal” para assumir o plano do “concreto e particular” permite pensar as mulheres em plural, com corpo e rosto próprios, e não como uma mulher genérica e generalizada.

Neste contexto de mudanças, surge a nova cara do movimento feminista: um movimento de muitas caras e vozes, que tenta tirar vantagem da complexidade e diversidade que passa a reconhecer no interior de seu próprio coletivo. Busca escutar as diversas vozes para enriquecer os instrumentos conceituais e metodológicos que sustentam a teoria feminista. Para sublinhar esta nova realidade, caracterizada pela diversidade do movimento feminista, Maria José Guerra Palmero utiliza em seu livro a metáfora do tapete: “a nova teoria feminista, que requer uma alternativa democrática participativa, se elabora como um tapete composto por muitos fios de muitas diferentes cores e não tecido com um fio único, de uma única cor”.⁵

Crise de identidade feminista

Tendo as previsões do sociólogo Peter Berger sido cumpridas, a respeito da crescente modernização da sociedade atual, e o movimento feminista sofrido grandes transformações, discute-se agora uma nova questão: como tratar a pluralidade das novas identidades feministas? Este constitui o novo desafio do novo feminismo.

As dificuldades encontradas ao longo da história pelas mulheres foram e são tantas que é compreensível a necessidades de somar esforços e apagar diferenças para fazer frente a elas. Mas, cada nova conquista torna visível problemas que antes encontravam-se inviabilizados por

⁴ Idem, *Ibidem*, p. 87

⁵ GUERRA PALMERO, MARIA JOSÉ. **Mujer, identidad y reconocimiento. Habermas y la crítica feminista.** Laguna: Centro de Estudios de la Mujer. Universidad de la Laguna, 1998, 370 p., p. 163



problemas mais graves ou mais urgentes. Assim, é natural que em suas origens, o feminismo tenha buscado a igualdade perante o homem, apagando as diferenças entre as mulheres, porque somente a partir dela seria possível denunciar as falhas e ausências do discurso patriarcal referente às mulheres.

Desta forma, foi necessário, no princípio, construir “uma” identidade forte, mesmo que em caráter provisório, onde sequer havia espaço para isto. Construir uma identidade nos vazios do discurso patriarcal para poder fazer frente a ele, enfatizando o aspecto “humano” da mulher, para, desta forma, poder garantir a posse dos direitos “humanos” assegurados aos homens, mas historicamente negados às mulheres, embora ambos sejam, obviamente, “humanos”. Fez-se necessário construir “uma” identidade limitada, com contornos claramente definidos e hegemônica, para ter força suficiente e conseguir impor-se em uma sociedade que ignorava a mulher como participante ativa, como cidadã.

Tendo alcançado alguns direitos “materiais” e mais “visíveis” dos quais antes não dispunha, ainda que muitos ainda falte para conquistar, o novo movimento feminista busca caminhos que permitam às mulheres uma identidade e direitos não apenas como “ser humano”, mas uma identidade tão forte e digna como a masculina, porém com cara e corpo femininos. Busca-se construir discursos feministas plurais que, como num concerto polifônico de Bach, se somam, se sobrepõe, mas não se fundem definitivamente.

Dar um corpo e um rosto femininos à identidade feminista, no entanto, implicou um grande desafio: os corpos e rostos são diferentes entre si. Não é possível “uma” única identidade. Havia sido possível uma identidade universalizante enquanto ela se restringia a questões metafísicas, mas se torna impossível quando possui atributos físicos. Assim, as conquistas se convertem em novos desafios.

Ter-se feito ouvir, num mundo de heranças patriarcais e cartesianas, que identifica o homem com a “pessoa pública” e limita a atuação da mulher ao “espaço privado”, trouxe novos problemas. Ter-se feito ouvir permitiu que fosse evidenciado as diferenças no interior do próprio movimento, dentro do próprio coletivo de mulheres. As diferenças sempre existiram, mas até aquele momento não haviam encontrado espaço ou força para emergir numa realidade limitadora da mulher como um todo. A nova realidade trouxe um panorama múltiplo, de encontro, mas também de desencontros. De união, mas também de confrontação. Impõe-se a fragmentação. Instala-se a crise de identidade feminista.



A complexa construção da identidade feminista

Ainda que sejam diferentes entre si, no entanto não há contradição entre as diversas posturas no interior do movimento feminista, uma vez que cada um deles quer o “desenvolvimento e melhoria” da condição feminina na sociedade. A discussão situa-se exatamente em o que cada grupo considera como “desenvolvimento e melhoria” e qual seria o melhor caminho para conquistá-lo. A chamada pluralização da teoria feminista busca incluir em sua agenda as “outras mulheres”, até este momento, sem voz: as mulheres do Terceiro Mundo, as negras, as homossexuais, as de culturas diferentes, as prostitutas, etc. É hora de incluir aquelas que sempre estiveram excluídas por um movimento que luta, ao menos no discurso, por “todas”, mas que tinha dificuldades de percebê-las como diferentes e possuidoras de identidades próprias e distintas, dentro de seu próprio terreno.

O feminismo viu-se obrigado a utilizar, como sugere Maria José Guerra Palmero, “o próprio medicamento, que havia sido ministrado ao androcentrismo”⁶ para dar-se conta do equívoco que representa universalizar, centralizar e priorizar “uma” identidade, ainda que esta identidade fosse “feminina”.

Neste contexto, para discutir o problema da complexa construção da nova identidade feminista, é necessário lembrar que toda identidade é uma construção histórica e social, e não algo inato ou determinado biologicamente. O biológico serve de suporte, mas o contexto e as necessidades sociais fornecem as condições e limites para os mais variados modos e alternativas de identidade.

Se, por um lado, o contexto social oferece opções e assimila o que o sujeito “pode ser”, por outro, restringe suas opções com a idéia de “melhor convém ser...”, excluindo e afastando características incompatíveis com esta sociedade. O termo “identidade” expressa, portanto, uma singularidade do Eu biológico construída socialmente em relação aos outros. Assim, torna-se evidente a importância do outro e do reconhecimento para a construção da identidade do sujeito, através de um processo contínuo e jamais acabado.

Ocorre uma articulação permanente entre o social-coletivo e o individual biológico. Para existir “um”, são necessários “dois”, não somente do ponto de vista de reconhecer-se como ser humano. O ser somente se torna humano através do olhar do outro, ou seja, somente o é porque os outros assim o reconhecem.

⁶ GUERRA PALMERO, MARIA JOSÉ. **Mujer, identidad y reconocimiento. Habermas y la crítica feminista.** Laguna: Centro de Estudios de la Mujer. Universidad de la Laguna, 1998, 370p.



Um exemplo clássico desta questão encontra-se em toda forma de escravidão. Uma situação em que o indivíduo, apesar de ser biologicamente humano, socialmente não é visto como humano, ou seja, como possuidor de uma identidade própria e reconhecida socialmente, o que “justificava” todas as atrocidades cometidas contra eles.

Esta identidade, no entanto, não possui apenas o lado do reconhecimento. Do outro lado da moeda encontra-se a “expectativa”, onde se situam, por exemplo, as definições dos papéis sociais e dos papéis definidos socialmente pelo gênero. Expectativa é o preço a pagar pelo reconhecimento recebido. Assim, quando as expectativas não são cumpridas, o acordo tácito é rompido e o reconhecimento deixa de ser concedido, com todas as consequências decorrentes. Uma situação ainda mais complexa quando se trata da realidade feminina.

Sobre a necessidade de repensar os limites da identidade feminista.

Historicamente, os homens sempre puderam ter diferenças pessoais entre si e, ao mesmo tempo, manter seus direitos assegurados porque sempre viveram num mundo masculino, onde o espaço público foi construído por e para eles. Sempre puderam ser diferentes entre si e manterem seus direitos cidadãos assegurados como iguais. As mulheres, no entanto, necessitaram minimizar as diferenças entre si e reconhecerem-se, ou ao menos apresentarem-se, como idênticas, para ter a força de um coletivo homogêneo e poder fazer frente aos problemas em um mundo de iguais. Assim, o mundo genérico masculino é um mundo de iguais, formado por pares, enquanto o mundo genérico feminino é o mundo das idênticas.

Um mundo de iguais significa um mundo de direitos assegurados igualitariamente, inclusive o direito a ser diferentes. Significa, por tanto, a possibilidade de ser e assumir minha própria identidade. O mundo dos iguais é um mundo de variedade, rico e multicolorido, muito distinto do mundo de idênticos, habilmente descrito por Amorós como: “o fantasma do tedioso mundo do idêntico é utilizado como uma tinta negra que borra os contornos nítidos e férteis de uma sociedade igualitária”.⁷

Além desta condição de idêntica, o reconhecimento da mulher pela sociedade possui problemas adicionados devido à grande quantidade de papéis sociais que está culturalmente acostuada, ou obrigada, a assumir. Para ser mulher e ser como tal reconhecida, é preciso cumprir muitas tarefas e preencher muitas expectativas. Tantas, que pouco tempo e espaço restam para a construção e o reconhecimento do próprio “eu”. Um processo chamado por Benhabib de

⁷ AMORÓS, CÉLIA. *Tiempo de feminismo*. Madrid: Cátedra. 1998, 436p. , p. 167



“sobrecarga de identidade de gênero”.⁸ “Às mulheres costuma tornar-se impossível reconhecer seu verdadeiro eu em meio a tantos papéis constitutivos que se aderem culturalmente a sua pessoa”.⁹

Se, por um lado, o reconhecimento é fundamental para a construção de qualquer identidade e o mundo social encontra-se cada vez mais complexo e desordenado e, por outro, o próprio interior do coletivo feminino tornou-se complexo, ao buscar alcançar os mesmos direitos a igualdade, desfrutada pelos homens, abandonando a condição de idênticas e reconhecendo a própria diversidade interna, está clara a necessidade de se repensar os limites da própria identidade feminista. É preciso redefinir os critérios para a inclusão ou exclusão deste coletivo. A necessidade de redefinir os próprios contornos.

Para realizá-lo, nada melhor do que apoiar-se em uma teoria que tem a linguagem como instrumento central de transformação social, como é a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. Ainda que não trate do tema do movimento feminista e, na verdade, cale-se em relação ao problema feminino, Habermas aponta os novos movimentos sociais como movimentos de resistência e de proteção do mundo da vida de sua contínua colonização pelo sistema que vem sofrendo e de todas as nefastas conseqüências deste processo. Assim, em consequência dos conflitos e de suas decorrentes mudanças sociais, torna-se viável um caminho em direção a emancipação, algo que se pode notar na citação: “os novos conflitos surgem, pois nos pontos de sutura entre sistema e mundo da vida... A prática dos movimentos alternativos se dirige contra a instrumentalização do trabalho profissional para fins de lucro, contra a mobilização da força de trabalho por pressões de mercado, contra a extensão da compulsão pela competitividade e o rendimento, dentro até da própria escola primária”.¹⁰

Desta forma, teoria habermasiana busca exatamente denunciar a crise da razão e a progressiva perda da capacidade humana de o ser humano de objetivar criticamente o mundo em que vive. Busca colocar freio na hegemonia da razão instrumental e as reações a ela. É, pois uma forma de descrever criticamente a razão funcionalista da modernidade e de iniciar um processo de crítica social na busca pela emancipação e pelo entendimento. Neste sentido, sua estratégia é resgatar o potencial comunicativo da razão, submetendo à crítica a tradicional concepção positivista de razão e tratando diretamente das questões da convivência humana, ou seja, da interação de sujeitos comunicativamente competentes que utilizam a linguagem com a finalidade de entenderem-

⁸ BENHABIB, SEYLA. **The claims of culture. Equality and Diversity in the global era.** Oxfor: Princeton University Press. 2002, 167p. p. 67

⁹ Idem, Ibidem. p. 134

¹⁰ HABERMAS, JURGEN. **El futuro de la naturaleza humana.** Barcelona: Paidós, 2002. 124p., p. 104



se sobre o mundo em que vivem, através das tradições culturais, da solidariedade social e das identidades individuais.

Assim, a mudança social ocorreria, na perspectiva habermasiana, através da análise crítica das estruturas sociais, sua compreensão, explicação e intervenção crítica, pois o indivíduo que não percebe seu papel de protagonista em sua própria sociedade e que vive à sombra de uma sociedade de bem estar, não assume os compromissos necessários para a desejada mudança social. Desperta-lo de seu sonho ideológico é a tarefa a que se propõe a Teoria da Ação Comunicativa e que crê ser possível através do processo comunicativo. Neste sentido, torna-se evidente, por um lado, a importância da linguagem e da comunicação na teoria habermasiana e, por outro, a fecundidade que uma teoria com esta perspectiva pode representar para um movimento que precisa urgentemente repensar a si mesmo e sua própria identidade, como é o caso do movimento feminista.

A modo de conclusão: possíveis contribuições da teoria habermasiana

Após apresentar os problemas de identidade que vive o movimento feminista, a necessidade de se repensar seus contornos e limites e de haver apontado a possível fecundidade da Teoria da Ação Comunicativa como fundamento para realizar esta tarefa, apresenta-se em seguida idéias de possíveis contribuições desta teoria para este objetivo.

Primeiramente é preciso deixar claro que para falar de identidade feminista, na perspectiva habermasiana, significa falar não de “uma” identidade, mas de “identidades”, no plural, múltipla e mutante.

Como Habermas não trata de tema do feminismo, para fazer uma melhor aproximação de sua teoria, pode-se partir de sua reflexão sobre os limites dos estados Nacionais, quando discute sobre “a inclusão do outro”. Neste contexto, incluir “o outro” não significaria incluí-lo para que ele adapte-se plenamente ao “eu”, convertendo-o num idêntico a “mim”, para que possa ser aceito e aprovado, ou seja, reconhecido. Trata-se exatamente de incluir o diferente sem que este precise mudar porque, como pensa Habermas, “inclusão não significa aqui incorporação do próprio e exclusão do alheio. A ‘inclusão do outro’ indicaria, na verdade, que os limites daquela comunidade estão abertos para todos e precisamente também para aqueles que são diferentes e que querem continuar assim”.¹¹

Ao contrário, tratar-se-ia exatamente do esforço por evitar que a imposição de “uma” identidade coletiva, ainda que ampla e agregadora, acabe funcionando como mecanismo de

¹¹ HABERMAS, JURGEN. **La inclusión del otro. Estudios de teoría política**. Barcelona: Paidós, 1999, p. 24



exclusão do outro, do diferente, culminando em uma homogeneidade enfraquecida e empobrecida, uma vez que “em um Estado constitucional democrático, a maioria não pode prescrever às minorias a própria forma de vida cultural como pretendia a cultura dominante.”¹² Assim, é importante ter claro que, em termos habermasianos, a aprovação significa não escamotear as diferenças com intenções estratégicas, mas “o assentimento alcançado em condições discursivas, um acordo motivado por razões epistêmicas; não se pode entender como um ato motivado por razões instrumentais a partir da perspectiva egocêntrica de cada um.”¹³

No caso do movimento feminista, como aponta Young, “o desafio é afrontar de maneira apropriada às demandas da pluralidade sem deixar de lado as da igualdade e da justiça”.¹⁴ Então configura-se uma alternativa de solução: pensar a identidade com contornos porosos, ou seja, uma identidade cujo o dentro e o fora se articulam continuamente, pois, afinal: “no contexto de hoje, não podemos focar exclusivamente a diferença de gênero, como fizemos no passado. Devemos entender esta diferença como atravessada por notáveis eixos de diferenciação, tais como classe social, sexualidade, nacionalidade, etnicidade e raça. E devemos imaginar como manter estas diferenças interconectadas à idéia de expandir a democracia e para remediar múltiplas formas de injustiça. Isto, no entanto, é mais fácil dizer do que fazer.”¹⁵

No caso específico da mulheres, pensar a identidade com contornos porosos converte-se em mais do que uma boa idéia, mas em uma exigência compulsória, devido à sua considerável pluralidade interna, pois como aponta Elvira Burgos Días, “feminismo não se diz de uma única maneira”.¹⁶ Somente abandonando as pautas que definiram a identidade tradicional será possível construir um novo e distinto futuro para o movimento feminista. Trata-se de gerar uma nova identidade, o que, sem dúvida, implica também novas dificuldades.

Se os limites porosos permitem, por um lado, a incorporação de posições e percepções distintas de realidade, sem que estas necessitem ser moldadas ou adequadas para serem aceitas, por outro, no entanto, dificultam a formulação de uma identidade forte em sua compreensão tradicional e exatamente por isto parece ser tão assustadora. Neste sentido, os limites porosos parecem, a princípio, assustadores porque dificultam a exata localização das fronteiras entre o dentro e o fora,

¹² HABERMAS, JURGEN. **El futuro de la naturaleza humana**. Barcelona: Paidós, 2002, p. 124

¹³ Idem, *ibidem*, p. 72

¹⁴ GUERRA PALMERO, MARIA JOSÉ. Género: debates feministas en torno a una categoría. *Arenal, Revista de Historia de las Mujeres*, Vol. 7, n. 1 (enero-junio 2000), p. 229

¹⁵ FRASER, NANCY. Multiculturalism and gender equity: The U.S. Difference. Debates revisited, *Constellations*, Vol. 3, n. 1, abril, 1996, p. 61-72, p. 62

¹⁶ BURGOS DÍAZ, ELVIRA. Resignificaciones feministas del discurso filosófico, *Revista de Filosofía*, n. 7, 2000, pp. 401-405. Laguna, p. 522



entre o igual e o diferente. Limites e fronteiras que, além de não estarem claramente demarcados, mudam continuamente e, com isto, impedem que se instale a confortável sensação de segurança e pertencimento que somente uma identidade tradicional costuma trazer.

Se os limites tradicionais da identidade trazem segurança ao sujeito ou a qualquer grupo social (ainda que o preço a pagar costume ser o preconceito interno e a exclusão dos diferentes), é preciso ter coragem para abandonar a sensação (ainda que aparente) de segurança e pertencimento e lançar-se no vazio da falta de reconhecimento e aceitação. Ampliar os limites da identidade exige a coragem para colocar em risco o conforto e a segurança da identidade tradicional.

As mulheres, no entanto, mais coragem precisariam para continuar suportando a atual situação de discriminação e exclusão a elas imposta pela sociedade patriarcal e a identidade tradicional. Às mulheres não lhes cabe outra opção que não a de brigar por expandir estes limites e, desta forma, acabar por transformar a sociedade como um todo, porque o preço que pagam por pertencer à sociedade nos moldes atuais, patriarcais, é demasiadamente alto: o de serem idênticas.

Bibliografia

AMORÓS, CÉLIA. **Tiempo de feminismo**. Madrid: Cátedra. 1998, 436p.

BECK, ULRICK. Teoría de la sociedad del riesgo, In: BERIAIN, J. (comp.), GIDDENS, A., BAUMAN, Z., LUHMANN, N., BECK, U., (1996) **Las consecuencias perversas de la modernidad**. Barcelona: Anthropos, 1996. Pp. 201-222

BENHABIB, SEYLA. **The claims of culture. Equality and Diversity in the global era**. Oxford: Princeton University Press. 2002. 167p.

BURGOS DÍAZ, ELVIRA. Resignificaciones feministas del discurso filosófico, **Revista de Filosofía**, n. 7, Laguna, 2000, pp. 401-405

FRASER, NANCY. Multiculturalism and gender equity: The U.S. Difference .Debates revisited, **Constellations**, Vol. 3, n. 1, abril, 1996. pp. 61-72

GIL VILLA, FERNANDO. **Individualismo y cultura moral**. Salamanca: Centro de investigaciones sociológicas, 2001. 132p.

GUERRA PALMERO, MARIA JOSÉ. **Mujer, identidad y reconocimiento. Habermas y la crítica feminista**. Laguna: Centro de Estudios de la Mujer. Universidad de la Laguna, 1998. 370p.

GUERRA PALMERO, MARIA JOSÉ. Género: debates feministas en torno a una categoría. **Arenal, Revista de Historia de las Mujeres**, Vol. 7, n. 1 (enero-junio 2000), pp. 201-239

HABERMAS, JURGEN. **La inclusión del otro. Estudios de teoría política**. Barcelona: Paidós, 1999. 247p.

HABERMAS, JURGEN. **El futuro de la naturaleza humana**. Barcelona: Paidós, 2002. 124p.